



Relatório e Contas 2022

Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada



A Empresa

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, (adiante designada “TW(P)” ou “empresa”) uma empresa do Grupo Willis Towers Watson, exerce em Portugal a atividade de consultoria especializada nas áreas de recursos humanos e financeiros, nomeadamente estratégias de investimento, consultoria para seguradoras e fundos de pensões, soluções tecnológicas e benefícios laborais (incluindo avaliações e reportes), estratégias de capital humano e mediação de seguros e de fundos de pensões. A atividade é desempenhada a partir da sua sede social na Rua Barata Salgueiro, nº 33, 1250 -042 Lisboa.

Desenhamos e oferecemos soluções que gerem o risco, otimizam os benefícios, promovem o talento e ampliam o poder do capital de forma a proteger e a reforçar as organizações e os indivíduos. A nossa perspetiva única permite-nos olhar para as principais interseções entre o talentos, os ativos e as ideias – a fórmula dinâmica que promove o desempenho do negócio.

A forte focalização no cliente, a ênfase no trabalho de equipa, uma integridade inabalável, o respeito mútuo e uma constante busca pela excelência são os principais valores onde assenta a riqueza da história da Willis Towers Watson. Estes valores irão continuar a definir a nossa abordagem ao negócio e a nossa relação com os nossos clientes, tanto no presente como no futuro. O nosso propósito é a razão pela qual a nossa empresa existe.

O ano fiscal da TW(P) é coincidente com o ano civil, ou seja, o exercício económico compreende o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

Relatório de Gestão

Atividade Global da Willis Towers Watson

O nosso desempenho foi sólido e alinhado com as nossas expectativas, com um crescimento orgânico saudável da receita e expansão da margem. Esses resultados refletiram os benefícios dos nossos esforços de retenção e contratação, investimentos em tecnologia, iniciativas para simplificar a nossa empresa e a execução bem-sucedida dos nossos esforços de transformação. Num ambiente operacional complexo, o nosso foco, agilidade e resiliência permitiram-nos cumprir os nossos compromissos.

Face ao ano anterior, os proveitos globais da Willis Towers Watson cresceram cerca de 4%, à semelhança do ano anterior.

Evolução da Empresa e Análise do Exercício em Portugal

Relativamente ao exercício em análise, o volume de negócios atingiu o valor de 13.192.304 euros, verificando-se um acréscimo de cerca de 18% face ao exercício anterior. A principal causa para esta variação tem a ver com o acréscimo das exportações do trabalho da equipa do Lisbon Regional Delivery Hub (anteriormente designado por Lisbon Service Centre). A média de mão de obra registada durante o ano foi de 197 colaboradores, registando-se um aumento de 9% face a 2021.

No que diz respeito aos gastos, há a referir o valor de 8.922.202 euros relativo aos gastos com o pessoal, dos quais 7.133.318 euros são referentes a remunerações. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos foram contabilizados 2.598.154 euros, compostos, essencialmente, por trabalhos especializados, rendas/alugueres (escritório e equipamentos) e honorários.

Os outros rendimentos e ganhos são constituídos por diferenças de câmbio favoráveis no montante de 280.988 euros.

Os outros gastos e perdas, no montante de 228.397 euros, são referentes, na sua maioria, a diferenças de câmbio desfavoráveis e a impostos.

O resultado líquido do exercício atingiu um montante de 1.110.166 euros em 31 de dezembro de 2022.

Em consequência da pandemia da COVID-19 ("COVID-19") ou de outros acontecimentos mundiais, como a invasão da Ucrânia pela Rússia, registaram-se alterações negativas na atividade comercial internacional, designadamente, na cadeia de fornecimento mundial e na disponibilidade de mão-de-obra, assim como a importante volatilidade nos mercados financeiros mundiais que engloba, entre outros efeitos, recuos ocasionais nos mercados acionistas, alterações das taxas de juro e redução da liquidez à escala mundial.

As perturbações que a COVID-19 causou na oferta e no mercado de trabalho, assim como outros fatores, como a política monetária e orçamental acomodatória, resultaram numa importante inflação em muitos dos mercados onde a Sociedade está presente. Este aspeto tem impacto não apenas nos custos de atrair e reter os colaboradores, mas também outros custos de funcionamento e de investimento na atividade da Sociedade. Se os custos aumentarem de forma acentuada acima da capacidade da Sociedade para aumentar as receitas, as suas margens e resultados de exploração poderão ser afetados de forma material e negativa, pelo que a Sociedade poderá ser incapaz de concretizar os seus objetivos estratégicos e financeiros.

Embora a Sociedade considere que se tenha adaptado aos desafios específicos colocados pela COVID-19 em relação com a forma e o local onde realiza o seu trabalho, foi igualmente afetada pelo efeito negativo sobre a disponibilidade de mão-de-obra, que poderá impedir a sua competência para aumentar a sua capacidade em linha com a procura crescente dos seus serviços. A Sociedade espera que o mercado de talentos continue a ser muito competitivo, pelo menos, durante os próximos meses.

Nos últimos anos, procedemos à adaptação da forma como trabalhamos, facto que permitiu que os nossos colaboradores trabalhem numa diversidade de ambientes. Em 2022 lançámos oficialmente o WTW Work Styles, a nossa abordagem para reconhecer que existem várias formas diferentes para se trabalhar, incluindo três soluções de trabalho diferentes: presencial, híbrido e remoto. O cerne deste novo enquadramento é a flexibilidade, tendo por base a ideia de que o próprio trabalho determina onde e como é realizado. À medida que crescemos, simplificamos e transformamos a WTW, esta mudança cultural constitui um elemento diferenciador para a nossa presença no mercado e é uma parte importante da nossa estratégia em curso para atrair e reter os melhores talentos.

A Sociedade vai continuar a acompanhar a situação e a avaliar as possíveis consequências para a sua atividade e seus acionistas.

Perspetivas para o Próximo Exercício

Depois de realizar as averiguações oportunas, a Gerência ficou com expectativas razoáveis de que a Sociedade disporá de recursos suficientes para continuar a funcionar num futuro previsível. Por conseguinte, continuam a adotar o princípio de continuidade da Sociedade na elaboração das suas demonstrações financeiras.

Perspetiva-se o crescimento do Lisbon Regional Delivery Hub que passará a prestar novos serviços para a Europa.

Outras Disposições Legais

Desinvestimento nas atividades da WTW na Rússia

No primeiro trimestre de 2022, a WTW anunciou a sua intenção de transferir a propriedade das suas subsidiárias russas para a gestão local que passaria a operar de forma independente no mercado russo. Em consequência das sanções e proibições sobre determinados tipos de negócios e



atividades, a WTW procedeu à desconsolidação das suas entidades russas a 14 de março de 2022. A transferência das suas subsidiárias russas para a gestão local realizou-se segundo os termos acordados a 18 de julho de 2022, tendo sido registada na Rússia a 25 de julho de 2022. Embora a Gerência não considere que este facto venha a ter um efeito material na Sociedade, a WTW continua a acompanhar a situação na Ucrânia e em todo o mundo, além de continuar a avaliar os eventuais impactos na sua atividade.

Cessão da Willis Re

A 13 de agosto de 2021, a WTW celebrou um acordo definitivo para alienar a sua atividade de resseguro por tratado ("Willis Re") à Arthur J. Gallagher & Co ("Gallagher") por um valor total inicial em *cash* de 3,25 mil milhões de USD, acrescido de um complemento de preço a pagar em 2025 que pode chegar aos 750 milhões de USD em dinheiro, sob reserva de determinados ajustes. A data de encerramento principal da operação ocorreu a 1 de dezembro de 2021, embora certos elementos da operação estivessem sujeitos a datas de encerramento diferidas para 2022. O encerramento diferido de todos os negócios, com exceção de um, foi concluído no segundo trimestre de 2022. Os restantes negócios de encerramento diferido tiveram lugar no quarto trimestre de 2022.

De acordo com as disposições legais em vigor informa-se que:

- Não existem quaisquer dívidas em mora de impostos ou de contribuições para a Segurança Social;
- A Empresa não movimentou nem detinha qualquer número de quotas próprias no final do exercício;
- Não se verificaram negócios entre a Empresa e a sua Gerência.

Proposta de Aplicação de Resultados

A Gerência propõe que sejam aprovadas as contas relativas ao exercício fiscal de 2022 e, propõe também, que o resultado líquido do exercício de 1.110.166 euros seja aplicado da seguinte forma:

- 1.110.166 euros - Resultados transitados

Lisboa, 11 de abril de 2023

A Gerência,

(Ana Marta da Vasa Costa Silva)

(Nuno Miguel dos Santos Arruda)

(Joana Maria dos Santos Henriques Araújo Pereira)

Balanços

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

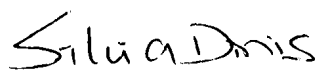
(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	780 566	953 028
Outros ativos financeiros	4	19 468	19 468
Total do ativo não corrente		800 034	972 496
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	7	1 636 772	1 444 574
Sócios	9	8 935 706	8 093 293
Outras contas a receber	10	1 644 537	1 451 029
Diferimentos	11	310 280	291 775
Caixa e depósitos bancários	4	677 243	317 971
Total do ativo corrente		13 204 538	11 598 641
Total do ativo		14 004 572	12 571 137
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	100 000	100 000
Prémios de emissão	12	778 938	778 938
Reserva legal	12	20 000	20 000
Resultados transitados		8 705 755	7 724 641
		9 604 692	8 623 578
Resultado líquido do exercício		1 110 166	981 114
Total do capital próprio		10 714 858	9 604 692
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	344 942	369 656
Estado e outros entes públicos	14	571 503	685 291
Outras contas a pagar	15	2 373 269	1 911 498
Total do passivo corrente		3 289 714	2 966 445
Total do passivo		3 289 714	2 966 445
Total do capital próprio e do passivo		14 004 572	12 571 137

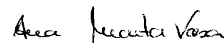
O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

A Gerência



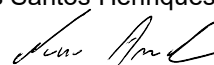
(Sílvia Cristina Lourenço Dinis)



(Ana Marta da Vasa Costa Silva)



(Joana Maria dos Santos Henriques Araújo Pereira)



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
Vendas e serviços prestados	16	13 192 304	11 188 569
Fornecimentos e serviços externos	17	(2 598 154)	(2 073 035)
Gastos com o pessoal	18	(8 922 202)	(7 649 083)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	7	(9 059)	10 910
Outros rendimentos e ganhos	19	280 988	229 041
Outros gastos e perdas	20	(228 397)	(113 344)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 715 480	1 593 057
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5	(171 774)	(188 265)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 543 706	1 404 793
Juros e proveitos similares obtidos	21	28 811	20
Resultado antes de impostos		1 572 517	1 404 812
Imposto sobre o rendimento do exercício			
Imposto corrente	8	(462 351)	(423 698)
Resultado líquido do exercício		1 110 166	981 114

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

A Gerência

Silvia Dinis

(Sílvia Cristina Lourenço Dinis)

Ana Marta da Vasa Costa Silva

(Ana Marta da Vasa Costa Silva)

Joana Araújo Pereira

(Joana Maria dos Santos Henriques Araújo Pereira)

Nuno Miguel dos Santos Arruda

(Nuno Miguel dos Santos Arruda)

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Prémios de emissão	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2020		100 000	778 938	20 000	7 521 474	203 167	8 623 578
Aplicação do resultado líquido de 31 de dezembro de 2020:							
Transferência para resultados transitados	12	-	-	-	203 167	(203 167)	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	981 114	981 114
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>100 000</u>	<u>778 938</u>	<u>20 000</u>	<u>7 724 641</u>	<u>981 114</u>	<u>9 604 692</u>
Aplicação do resultado líquido de 31 de dezembro de 2021:							
Transferência para resultados transitados	12	-	-	-	981 114	(981 114)	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	1 110 166	1 110 166
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>100 000</u>	<u>778 938</u>	<u>20 000</u>	<u>8 705 755</u>	<u>1 110 166</u>	<u>10 714 858</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

A Gerência

Silvia Dinis

(Sílvia Cristina Lourenço Dinis)

Ana Marta da Vasa Costa Silva

(Ana Marta da Vasa Costa Silva)

Joana Araújo Pereira

(Joana Maria dos Santos Henriques Araújo Pereira)

Nuno Miguel dos Santos Arruda

(Nuno Miguel dos Santos Arruda)

Demonstrações de Fluxos de Caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		12 797 539	10 906 267
Pagamentos a fornecedores		(2 559 937)	(2 066 695)
Pagamentos ao pessoal		(8 470 133)	(7 473 754)
Caixa gerada pelas operações		1 767 469	1 365 818
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(622 515)	(72 690)
Outros recebimentos / pagamentos		27 230	115 683
Fluxos das atividades operacionais [1]		1 172 184	1 408 811
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		688	(81 718)
Empréstimos concedidos a Sócios		(20 321 836)	(20 569 904)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		28 811	-
Empréstimos concedidos a Sócios		19 479 425	19 206 257
Fluxos das atividades de investimento [2]		(812 912)	(1 445 365)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		359 272	(36 554)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	317 971	354 525
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	677 243	317 971

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

A Gerência

Silvia Dinis

(Sílvia Cristina Lourenço Dinis)

Ana Marta da Vasa Costa Silva

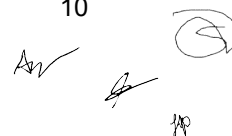
(Ana Marta da Vasa Costa Silva)

Joana Araújo Pereira

(Joana Maria dos Santos Henriques Araújo Pereira)

Nuno Miguel dos Santos Arruda

(Nuno Miguel dos Santos Arruda)



Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. Nota introdutória

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada (“Towers Watson” ou “Sociedade”), uma empresa inserida no Grupo Willis Towers Watson (“Grupo”) é uma sociedade por quotas, constituída em 1 de julho de 2009 através da entrada em espécie de ativos e passivos da ex-Sucursal da Watson Wyatt International Limited – Sucursal em Portugal (“Ex-Sucursal”). A Sociedade tem como atividade principal a consultoria especializada na área dos serviços financeiros, das pessoas e do risco e consultoria em seguros e pensões.

No exercício de 2018, a Sociedade alterou a sua sede social para a Rua Barata Salgueiro, nº33 -7º em Lisboa.

A Sociedade, no âmbito da sua atividade de consultoria de seguros, encontra-se regulada e supervisionada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 1/2015 de 6 de janeiro, que aprova os estatutos da ASF, identificando a atribuição desta entidade em supervisionar e regular a atividade seguradora, resseguradora, de mediação de seguros e de fundos de pensões, bem como as atividades conexas ou complementares daquelas.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, as normas contabilísticas e de relato financeiro e as normas interpretativas, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações é designado genericamente por “NCRF”.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade, de acordo com as NCRF.

A Gerência procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Gerência concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os mesmos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida pela Gerência, deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	5 a 10
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 4

As obras efetuadas em edifícios arrendados são amortizadas durante o período estimado de vigência do respetivo contrato de arrendamento.

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados do exercício.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido, ou a receber, na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação.

3.3 Ativos e passivos financeiros

A Sociedade reconhece um ativo ou um passivo financeiro apenas quando se torna parte das disposições contratuais do respectivo instrumento.

Os principais ativos e passivos financeiros identificáveis são:

a) Caixa e depósitos bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários com maturidade inferior a 3 meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

b) Clientes, Sócios e Outras contas a receber

Os saldos destas rubricas são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

c) Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de Fornecedores e de Outras contas a pagar são registados ao custo amortizado.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros detidos pela Sociedade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber".

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O desreconhecimento de ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou a Sociedade transfere para outra entidade todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o mesmo. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando se extingue a obrigação estabelecida no contrato ou quando a mesma é liquidada, cancelada ou expirada.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é efetuada em função da substância e não da forma dos contratos.

Os encargos com locações operacionais são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Fornecimentos e serviços externos" como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A receita da Sociedade é essencialmente proveniente de projetos de consultoria prestados a entidades do Grupo e outros clientes.

O rédito proveniente da prestação de serviços de consultoria e de mediação de seguros é reconhecido com base nos seguintes critérios, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;

- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Honorários de consultoria

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de consultoria de acordo com o método da percentagem de acabamento da transação/serviço.

Prestação de serviços de mediação de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de mediação de seguros (comissões) na data de início do período das apólices mediadas. Desta forma, a Sociedade considera que, como agente intermediário, a prestação de serviço termina nessa data, não existindo assim lugar a qualquer reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são também registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam aprovadas à data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de tributação das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.7 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do exercício em que são geradas.

3.8 Provisões

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registado consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 Benefícios pós-emprego – Planos de contribuição definida

As contribuições da Sociedade para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como “Gastos com o pessoal” no exercício a que respeitam, ou seja, quando os colaboradores abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Sociedade.

3.10 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos nas rubricas “Diferimentos”, “Outras contas a receber” ou “Outras contas a pagar”.

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

O principal juízo de valor crítico identificado, bem como a principal fonte de incerteza, prende-se com o reconhecimento da receita em projetos de consultoria em curso.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalham-se conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Numerário	157	219
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>677 086</u>	<u>317 752</u>
	<u>677 243</u>	<u>317 971</u>

Adicionalmente, a Sociedade constituiu um depósito bancário (colateral) no montante de 15.000 euros como condição específica de acesso à categoria de corretor de seguros nos termos do

artigo 18º, alínea d), nº i da Lei nº 7/2019, de 16 de janeiro. O referido montante foi atualizado para 18.760 euros em dezembro de 2013, de acordo com a alínea b) do n.º 4 da Circular n.º 4/2013, de 20 de agosto, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Aquele depósito, que em 31 de dezembro de 2022 e 2021 ascende a 19.468 euros, não se encontra disponível para uso imediato por parte da Sociedade, pelo que se encontra registado na rubrica “Ativo não corrente – Outros ativos financeiros”.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2022				
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	1 476 839	624 736	116 765	2 218 340
Aquisições				-
Regularizações				-
Abates		(51 178)		(51 178)
Saldo final	1 476 839	573 558	116 765	2 167 162
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	699 361	449 187	116 765	1 265 312
Amortizações do exercício	124 008	47 766		171 774
Abates		(50 491)		(50 490)
Saldo final	823 369	446 462	116 765	1 386 596
Ativos líquidos	653 470	127 096	-	780 566

31 de dezembro de 2021

	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	1.476.839	553.558	116.765	2.147.162
Aquisições	-	82.876	-	82.876
Regularizações	-	(697)	-	(697)
Abates	-	(11.001)	-	(11.001)
Saldo final	1.476.839	624.736	116.765	2.218.340
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	592.880	402.383	92.325	1.087.588
Amortizações do exercício	106.481	57.345	24.440	188.265
Abates	-	(10.541)	-	(10.541)
Saldo final	699.361	449.187	116.765	1.265.312
Ativos líquidos	777.478	175.549	-	953.028

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Edifícios e outras construções” inclui, essencialmente, obras realizadas no edifício onde a Sociedade tem instalado os seus escritórios e onde desenvolve a sua atividade desde outubro de 2018. O espaço utilizado pela Sociedade encontra-se abrangido por um contrato de arrendamento, com uma duração de 10 anos e renovável automaticamente por um período único de três anos. As obras encontram-se a ser depreciadas pelo período do contrato.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram desreconhecidos ativos fixos tangíveis, os quais geraram gastos nos montantes de 686 euros e 460 euros, respetivamente (Nota 20).

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes e em conformidade com as vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 3.2.

6. Locações

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com escritórios e com viaturas, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	745 724	728 302
Entre 1 ano e 5 anos	3 263 122	3 424 962
A mais de 5 anos	299 178	342 496
	<u>4 308 023</u>	<u>4 495 760</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 ascende a 722.564 euros e 729.600 euros, respetivamente, e encontra-se registado na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes gerais	661 066	419 250
Clientes - empresas relacionadas (Nota 22.3)	994 765	1 035 324
	<u>1 655 831</u>	<u>1 454 574</u>
Imparidade para clientes	(19 059)	(10 000)
	<u>1 636 772</u>	<u>1 444 574</u>

O efeito líquido dos reforços e reversões de perdas por imparidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, corresponde a um reforço líquido no montante de 9.059 euros (reversão líquida no montante de 10.910 euros em 2021) e encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidade de dívidas a receber”.

8. Impostos sobre o rendimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% acrescido de derrama municipal anual à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, conduzindo a uma taxa agregada de 22,5%.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os lucros tributáveis estiveram sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do CIRC, aplicável ao montante de lucro tributável da seguinte forma: a) de mais de 1.500.000 euros até 7.500.000 euros aplica-se a taxa de 3%, b) de mais de 7.500.000 euros até 35.000.000 euros aplica-se a taxa de 5% e c) superior a 35.000.000 euros aplica-se a taxa de 9%.

A Sociedade encontra-se ainda sujeita à tributação autónoma de um conjunto de despesas previamente definidas na legislação aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Gerência da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto sobre o rendimento do exercício apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto corrente		
Estimativa de imposto	482 662	453 566
Insuficiência/(Excesso) de imposto de anos anteriores	<u>(20 311)</u>	<u>(29 868)</u>
	<u>462 351</u>	<u>423 698</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto corrente		
Estimativa de imposto	482 662	453 566
Insuficiência/(Excesso) de imposto de anos anteriores	<u>(20 311)</u>	<u>(29 868)</u>
	<u>462 351</u>	<u>423 698</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado antes de impostos	1 572 517	1 404 812
Taxa de IRC aplicável	22,50%	22,50%
Imposto esperado	<u>353 816</u>	<u>316 083</u>
Diferenças permanentes:		
Benefícios fiscais	-	(1 827)
Imparidade não aceite fiscalmente	2 038	2 455
Depreciações não aceites fiscalmente	104	3 299
Encargos com aluguer de viaturas sem condutor	1 742	1
Outros	9 773	11 202
Tributação autónoma	115 189	122 353
Derrama estadual	-	-
Imposto registado	<u>482 662</u>	<u>453 566</u>
Taxa efetiva	<u>30,69%</u>	<u>32,29%</u>

9. Sócios

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica incluía os montantes de 8.935.706 euros e 8.093.293 euros, respetivamente, correspondentes a empréstimos de curto prazo concedidos ao Grupo num sistema de "cash pooling". Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o empréstimo concedido vencia juros a taxas de mercado. De acordo com o contrato estabelecido entre as partes, a Sociedade pode solicitar o reembolso total ou parcial dos montantes aplicados com um pré-aviso de dois dias úteis.

10. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Acréscimo de rendimentos	1 575 752	1 382 244
Outros	<u>68 785</u>	<u>68 785</u>
	<u>1 644 537</u>	<u>1 451 029</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Acréscimo de rendimentos" diz respeito à especialização de rendimentos associados aos projetos de consultoria desenvolvidos pela

Sociedade que se encontravam em curso naquelas datas. Aqueles saldos encontram-se líquidos da imparidade registada pela antiguidade dos valores em curso (Nota 3.5), nos montantes de 98.943 euros e 40.971 euros, respetivamente, e de adiantamentos recebidos de clientes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Acréscimo de rendimentos” inclui os montantes de 1.554.827 euros e 1.217.522 euros, respetivamente, relativos à especialização de rendimentos associados a projetos de consultoria em curso prestados a entidades relacionadas, cuja faturação ocorreu durante o primeiro trimestre após aquelas datas (Nota 22.3).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros” inclui o montante de 68.785 euros referente a rendimentos obtidos pela cedência de utilização de ativos fixos tangíveis à Willis – Corretores de Seguros, S.A.

11. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Gastos a reconhecer:		
Cauções	191 893	191 893
Rendas	57 324	53 693
Seguros	41 506	450
Outros gastos com pessoal	19 329	42 687
Outros serviços	228	3 053
	<u>310 280</u>	<u>291 775</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Gastos a reconhecer - Cauções” corresponde a quatro rendas pagas pela Sociedade, a título de caução, no âmbito do contrato de arrendamento das novas instalações.

12. Instrumentos de capital próprio

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Sociedade era composto por uma quota de 100.000 euros detida na totalidade pela Watson Wyatt International Limited, sociedade com sede no Reino Unido.

Prémios de emissão

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os prémios de emissão ascendem a 778.938 euros e tiveram a sua origem no aumento de capital por entradas em espécie realizado em agosto de 2009. Este montante não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporado no capital.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reserva legal ascendia a 20.000 euros, perfazendo os 20% do capital social exigidos legalmente.

Aplicação de resultados

Conforme deliberado nas reuniões de Assembleia Geral realizadas em 13 de abril de 2022 e 29 de junho de 2021, os resultados líquidos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nos montantes de 981.114 euros e 203.167 euros, respetivamente, foram transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.

13. Passivos financeiros

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores		
Fornecedores - entidades relacionadas (Nota 22.3)	312 544	341 996
Fornecedores - conta corrente	32 398	27 660
	<u>344 942</u>	<u>369 656</u>

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
Pagamentos por conta	(281 823)	(92 346)
Estimativa de imposto (Nota 8)	482 662	453 566
Retenções na fonte	15 918	15 702
	<u>216 757</u>	<u>376 921</u>
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	114 987	93 226
Imposto sobre o valor acrescentado	47 299	72 653
Contribuições para a Segurança Social	192 460	142 491
	<u>571 503</u>	<u>685 291</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes incluídos nas rubricas Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Contribuições para a Segurança Social

referem-se aos meses de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente. Os montantes de Imposto sobre o Valor Acrescentado referem-se aos meses de novembro e dezembro de 2022 e 2021, respetivamente.

15. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Acréscimo de gastos com o pessoal:		
. Bónus	1 083 610	925 487
. Férias e subsídio de férias	787 887	622 785
. Segurança Social	171 944	133 830
Outros acréscimos de gastos	285 739	115 218
Outros credores	44 029	133 117
Pessoal - Remunerações a pagar	60	(18 939)
	<u>2 373 269</u>	<u>1 911 498</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui saldos com partes relacionadas, nos montantes de 121.722 euros e 26.744 euros, respetivamente (Nota 22.3).

16. Vendas e serviços prestados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as vendas e os serviços prestados podem ser detalhados da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prestações de serviços de consultoria	13 145 298	11 145 763
Prestações de serviços de mediação de seguros (Nota 23)	47 006	42 806
	<u>13 192 304</u>	<u>11 188 569</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de vendas e serviços prestados a partes relacionadas ascendem a 11.504.813 euros e 9.123.165 euros, respetivamente (Nota 22.3).

17. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhos especializados	1 008 323	952 943
Rendas e alugueres	862 017	840 447
Honorários	326 892	142 295
Limpeza, higiene e conforto	60 769	46 384
Deslocações e estadas	40 556	10 468
Comunicação	35 968	30 519
Combustíveis	25 086	16 470
Material de escritório	7 040	1 789
Artigos para oferta	6 482	399
Outros - serviços bancários	3 698	3 177
Conservação e reparação - Outros	2 799	3 143
Despesas de representação	2 676	-
Livros e documentação técnica	1 187	-
Seguro Profissional	249	-
Eletricidade	-	9 909
Reuniões e conferências	-	1 230
Publicidade, marketing e propaganda	-	369
Conservação e reparação - Equip	-	45
Outros serviços	214 412	13 447
	<u>2 598 154</u>	<u>2 073 035</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Rendas e alugueres” inclui, essencialmente, gastos com rendas de escritórios, viaturas e equipamentos, sendo a sua principal componente as rendas de escritórios (592.212 euros a 31 de dezembro de 2022 e 585.235 euros a 31 de dezembro de 2021).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Honorários” sofreu um acréscimo, devido à necessidade de se recorrer a serviços externos de atividades atuariais.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” inclui saldos com partes relacionadas, nos montantes de 906.542 euros e 878.896 euros, respetivamente (Nota 22.3).

18. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações do pessoal	7 133 318	6 097 335
Benefícios pós-emprego:		
Contribuição definida	90 042	79 889
Encargos sobre remunerações	1 474 988	1 301 538
Outros	223 854	170 321
	<u>8 922 202</u>	<u>7 649 083</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Remunerações do pessoal” inclui um valor referente a bónus de cerca de 1.041.000 euros e 867.000 euros, respetivamente.

A rubrica “Benefícios pós-emprego – contribuição definida” diz respeito aos custos com as contribuições efetuadas pela Sociedade para o plano de contribuição definida atribuído aos seus colaboradores.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros” inclui, essencialmente, encargos suportados com seguros e formação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o número médio de colaboradores ao serviço da Sociedade ascende a 197 e 181, respetivamente.

19. Outros rendimentos e ganhos

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças de câmbio favoráveis	280 988	229 041
	<u>280 988</u>	<u>229 041</u>

20. Outros gastos e perdas

A composição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças de câmbio desfavoráveis	186 548	73 232
Impostos	34 718	33 181
Abates de ativos fixos tangíveis	686	460
Outros	6 445	6 470
	<u>228 397</u>	<u>113 344</u>

21. Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	-	20
Empresas do Grupo (Nota 22.3)	28 811	
	<u>28 811</u>	<u>20</u>

22. Partes relacionadas

22.1 Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é detida a 100% pela entidade Watson Wyatt International Limited com sede no Reino Unido, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas naquela entidade.

22.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as remunerações do pessoal chave da gestão, que incluem apenas os membros dos órgãos sociais da Sociedade, ascenderam a 527.443 euros e 511.974 euros, respetivamente. O saldo inclui remunerações fixas, prémios e encargos.

22.3 Saldo e transações com partes relacionadas

As transações mantidas com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram as seguintes:

31 de dezembro de 2022			
	Vendas e prestação de serviços (Nota 16)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 21)
Towers Watson Limited	7 174 322	107 748	-
Willis Towers Watson GmbH	881 057	7 315	-
Willis Towers Watson SAS	704 689	-	-
Towers Watson AG	703 145	-	-
Towers Watson de España SA	615 424	-	-
Willis Human Capital and Benefits Ireland Limited	430 219	-	-
Willis Towers Watson Consulting BV/SRL	427 778	-	-
Willis Towers Watson US LLC	300 340	402 862	-
Towers Watson Italia Srl	80 000	-	-
Willis Towers Watson (Ireland) Ltd	68 743	-	-
Towers Watson Software Limited	68 475	24 824	-
Willis Towers Watson Consulting AB	30 994	-	-
Towers Watson Netherlands BV	9 018	831	-
Willis Corretores de Seguros, S.A.	5 856	-	-
Willis Towers Watson Consultores S.A.	5 151	-	-
Willis Towers Watson Versicherungsservice GmbH	325	-	-
Towers Watson KK	183	-	-
Towers Watson Consultoria Ltda.	166	519	-
Willis Towers Watson India Private Limited	143	-	-
Willis Towers Watson US LLC Taiwan Branch	124	-	-
Willis Towers Watson Global Business Services, Inc.	(0)	2 727	-
Towers Watson Middle East FZ-LLC	(318)	-	-
Willis Towers Watson Consulting Korea Limited	(1 020)	-	-
Willis Group Services Limited	-	357 328	-
Willis Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	-	2 389	-
WTW Global Treasury Company	-	-	28 811
	<u>11 504 813</u>	<u>906 542</u>	<u>28 811</u>

31 de dezembro de 2021		
	Vendas e prestação de serviços (Nota 16)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)
Towers Watson Limited	6.767.847	91.948
Willis Towers Watson SAS	564.050	-
Towers Watson AG	412.754	-
Towers Watson (Ireland) Limited	365.999	-
Willis Towers Watson Consulting BV/SRL	329.760	-
Willis Towers Watson US LLC	199.267	322.913
Willis Towers Watson GmbH	161.627	-
Towers Watson de España SA	122.848	-
Towers Watson Italia Srl	87.387	-
Willis Towers Watson Consulting AB	43.124	-
Towers Watson Consultoria Ltda.	33.084	-
Willis Towers Watson SA/NV	30.790	-
Willis Towers Watson India Private Limited	4.630	-
Willis Group Services Limited	-	424.286
Towers Watson Netherlands BV	-	26.806
Willis Towers Watson Global Business Services, Inc.	-	10.840
Willis Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	-	2.103
Willis Towers Watson Consulting Korea Limited	(2)	-
	<u>9.123.165</u>	<u>878.896</u>

Os saldos mantidos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

31 de dezembro de 2022

	Clientes (Nota 7)	Fornecedores (Nota 13)	Outras contas a receber (Nota 10)	Acréscimos de gastos (Nota 15)	Sócios (Nota 9)
WTW Global Treasury Company					8 935 706
Towers Watson Limited	503 524	(124 689)	877 604	-	-
Willis Towers Watson GmbH	106 547	(155)	199 245	-	-
Willis Towers Watson SAS	79 565	(1 416)	131 047	-	-
Towers Watson AG	76 936	(0)	137 170	-	-
Willis Towers Watson Consulting BV/SRL	60 981	(1 200)	97 524	-	-
Towers Watson de España SA	49 185	(77)	14 939	-	-
Towers Watson Software Limited	30 949	-	-	-	-
Willis Towers Watson US LLC	27 877	(110 493)	(2 725)	(121 722)	-
Willis Towers Watson (Ireland) Ltd	23 485	-	72 098	-	-
Towers Watson Italia Srl	16 329	-	18 341	-	-
Willis Towers Watson Consultores S.A.	8 162	(4 013)	-	-	-
Willis Corretores de Seguros, S.A.	7 203	-	-	-	-
Willis Towers Watson Consulting AB	2 614	-	-	-	-
Towers Watson Netherlands BV	909	-	-	-	-
Willis Human Capital and Benefits Ireland Limited	270	-	-	-	-
Towers Watson Consultoria Ltda.	160	-	-	-	-
Willis Towers Watson Versicherungsservice GmbH	69	-	-	-	-
Willis Group Services Limited	-	(70 331)	-	-	-
Willis Towers Watson Global Business Services, Inc.	-	(131)	-	-	-
Towers Watson Canada Inc.	-	(39)	-	-	-
Willis Towers Watson nv/sa	-	(0)	9 583	-	-
	<u>994 765</u>	<u>(312 544)</u>	<u>1 554 827</u>	<u>(121 722)</u>	<u>8 935 706</u>

31 de dezembro de 2021

	Clientes (Nota 7)	Fornecedores (Nota 13)	Outras contas a receber (Nota 10)	Acréscimos de gastos (Nota 15)	Sócios (Nota 9)
WTW Global Treasury Company	-	-	-	-	8.093.293
Towers Watson Limited	620.602	(234.110)	846.089	-	-
Willis Towers Watson SAS	83.834	-	118.087	-	-
Willis Towers Watson Consulting BV/SRL	80.738	-	48.528	-	-
Towers Watson AG	62.959	-	79.655	-	-
Towers Watson de España SA	42.561	(6.129)	31.154	-	-
Willis Towers Watson (Ireland) Ltd	40.512	-	62.352	-	-
Towers Watson Consultoria Ltda.	34.273	-	(9.518)	-	-
Willis Towers Watson US LLC	20.491	(11.431)	257	(26.744)	-
Towers Watson Italia Srl	14.683	-	18.634	-	-
Willis Towers Watson Consulting AB	13.503	-	-	-	-
Willis Towers Watson GmbH	10.000	-	(7.749)	-	-
Willis Towers Watson India Private Limited	4.500	-	(652)	-	-
Willis Towers Watson Consultores S.A.	2.212	-	-	-	-
Towers Watson Netherlands BV	2.174	(5.110)	(2.145)	-	-
Willis Towers Watson Consulting Korea Limited	1.020	-	(1.022)	-	-
Willis Group Services Limited	824	(83.775)	-	-	-
Willis Human Capital and Benefits Ireland Limited	438	-	-	-	-
Willis Towers Watson nv/sa	-	-	28.615	-	-
Towers Watson AB	-	-	5.237	-	-
Willis Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	-	(293)	-	-	-
Willis Towers Watson Global Business Services, Inc.	-	(434)	-	-	-
Willis Limited	-	(713)	-	-	-
	<u>1.035.324</u>	<u>(341.996)</u>	<u>1.217.522</u>	<u>(26.744)</u>	<u>8.093.293</u>

23. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados e a faturar pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos de emissão da Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ascendem a 25.494 euros.

Prestação de serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º 1 do artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de mediação de seguros (comissões) na data de início das apólices mediadas. Desta forma, a Sociedade considera que, como agente intermediário, a prestação de serviço termina nessa data, não existindo assim lugar a qualquer reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo (Nota 16)

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram integralmente recebidas em numerário e apresentavam a seguinte tipologia:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Comissões	4 268	4 563
Honorários	<u>42 738</u>	<u>38 243</u>
	<u>47 006</u>	<u>42 806</u>

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam a seguinte composição:

i. Por ramo:

31 dezembro 2022

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
42 738	95	4 173	100,00%	-	-

31 dezembro 2021

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
38.243	239	4.324	100,00%	-	-

ii. Por origem:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empresas de seguros	4 268	4 563
Clientes	42 738	38 243
	<u>47 006</u>	<u>42 806</u>

d) Níveis de concentração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, verificou-se somente uma entidade com nível de concentração ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, igual ou superior a 25% do total das remunerações auferidas pela Sociedade (Nota 23.a).

e) Valores das contas de clientes

A Sociedade não dispõe de poderes para movimentar fundos relativos aos contratos de seguros, como tal não existe movimentação a divulgar.

f) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por origem/entidade

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por entidade	31/12/2022		31/12/2021	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	-	-	-	-
Empresas de seguros	-	-	-	-
Outros	9 756	-	9 378	-
	9 756	-	9 378	-

g) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por natureza

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por natureza	31/12/2022		31/12/2021	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	-	-	-
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	-	-	-
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	-	-	-	-
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	-	-	-	-
Outras quantias:				
- Honorários devidos à Sociedade por prestações de serviços	9 756	-	9 378	-
	9 756	-	9 378	-

h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores a receber associados à atividade de mediação de seguros apresentavam a seguinte antiguidade:

	Valores a receber	
	2022	2021
Até 1 mês	7 236	5 890
De 1 a 3 meses	1 136	2 981
De 3 a 6 meses	1 384	507
De 6 meses a 1 ano	-	-
	<u>9 756</u>	<u>9 378</u>

Para os valores a receber associados à atividade de mediação de seguros, a Sociedade regista uma imparidade sempre que os saldos se encontrem vencidos há mais de 90 dias. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade reconheceu imparidade para os saldos vencidos há mais de 90 dias no montante de 138 euros.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não se realizaram transmissões de carteiras de seguros.

k) Contratos cessados com empresas de seguros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiram contratos cessados com empresas de seguros.

l) Descrição de obrigações contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam obrigações contingentes.

Nos termos do n.º 2 do artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

a) Quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas à Sociedade em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira seja mais elevada, com indicação das respetivas percentagens:

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam a seguinte composição:

31 dezembro 2022

Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	42 738	95	4 173	100,00%	-	-
3820	38 126	0	0	81,11%		
1093	0	0	0	0,00%		
3817	1 538	0	0	3,27%		
1011	1 538	95	4 173	12,35%		
3814	1 538	0	0	3,27%		
1024	0	0	0	0,00%		

31 dezembro 2021

Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	38 243	239	4 324	100,00%	-	-
3820	32 093	0	0	74,97%		
1093	1 538	0	0	3,59%		
3817	1 538	0	0	3,59%		
1011	0	239	4 324	10,66%		
3814	1 538	0	0	3,59%		
1024	1 538	0,00	0,00	3,59%		

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

24. Outros assuntos

O artigo 18º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, prevê que cada corretor de seguros disponha de garantia bancária ou de seguro de caução destinado à cobertura do pagamento "de créditos dos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários face ao corretor e que respeitem aos fundos que lhe foram confiados com vista a serem transferidos para essas pessoas" e "de créditos dos clientes face ao corretor, resultantes de fundos que este recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios" relativamente aos quais o corretor não tenha entregue simultaneamente o recibo de prémio emitido pela empresa de seguros.

Tais instrumentos deverão ter um valor mínimo correspondente a 19.510 euros ou, se superior, ao valor correspondente a 4% sobre a totalidade dos fundos confiados ao corretor pelos tomadores de seguros para serem entregues às empresas de seguros, e por estas para serem entregues aos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários, durante o exercício económico precedente ao de subscrição ou renovação da garantia bancária ou do seguro-caução.

Dos fundos referidos excluem-se aqueles relativamente aos quais foram outorgados poderes ao corretor de seguros, pela empresa de seguros, para o recebimento em seu nome.

Para este efeito, a Sociedade dispõe de uma apólice de seguro de caução prestada pela Ageas, pelo valor mínimo acima mencionado, com início em 1 de janeiro de 2020 e automaticamente renovável por períodos de 1 ano.

Em 24 de fevereiro de 2022 teve início uma operação militar realizada pela Federação Russa, que envolveu a invasão do território da Ucrânia, na sequência da qual vários países adotaram sanções económicas contra a Federação Russa que incluem, entre outros, a proibição de realizar transações ou transferências com entidades sediadas na Federação Russa e na Bielorrússia assim como com um conjunto de entidades identificadas nas referidas sanções. Neste contexto, a Sociedade procedeu a uma avaliação das implicações que esta situação poderá ter na sua atividade, não tendo identificado impactos diretos para as suas demonstrações financeiras.

A extensão e o grau de severidade dos potenciais impactos indiretos futuros gerados pela invasão da Ucrânia, nomeadamente no que diz respeito ao impacto na economia e nos clientes da Sociedade resultante de efeitos como a subida de preços em diferentes áreas como a energia e os produtos alimentares, não são ainda determináveis. No entanto, com base em toda a informação disponível à data, a Gerência da Sociedade considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Em cada exercício, a Gerência avalia se existem condições ou eventos, considerados no seu conjunto, que levantem uma incerteza significativa sobre a capacidade da Sociedade de manter a sua exploração no prazo de um ano após a data da elaboração das demonstrações



financeiras. A avaliação da Gerência tem por base condições e eventos pertinentes que são conhecidos e podem ser conhecidos de forma razoável à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A atividade da Sociedade e os fatores que poderão afetar a sua evolução e situação futuras, incluindo as eventuais repercussões da COVID-19 e os acontecimentos mundiais emergentes, são expostos no relatório de gestão.

A Sociedade satisfaz as suas necessidades diárias de capital circulante fazendo parte de um acordo de “cash pooling” gerido pela função de tesouraria da WTW, que examina as previsões e projeções da Sociedade, tendo em conta as alterações razoavelmente possíveis das taxas de juro, e demonstra que a Sociedade deveria conseguir operar dentro do nível do seu acordo atual.

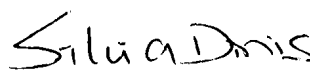
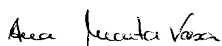
Com base na avaliação que realizou às respostas às suas averiguações, incluindo as relacionadas com a COVID-19 ou acontecimentos mundiais emergentes, a Gerência não tem razões para considerar que existe uma incerteza significativa que possa lançar dúvidas importantes sobre a capacidade da Sociedade de manter a sua exploração ou sobre a sua capacidade de reembolsar empréstimos que tiver contraído oportunamente. Em consequência das consultas, a Gerência tem uma expectativa razoável de que a Sociedade dispõe dos recursos adequados para prosseguir a sua atividade operacional durante, no mínimo, um prazo de doze meses a partir da data da aprovação das demonstrações financeiras. Por este motivo, na elaboração das demonstrações financeiras, a Gerência continua a fundamentar-se no princípio da continuidade das operações.

25. Acontecimentos após a data de Balanço

Não se identificaram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2022.

A Gerência:

O Contabilista Certificado:



(Ana Marta da Vasa Costa Silva)

(Sílvia Cristina Lourenço Dinis)

Joana Araujo Pereira

(Joana Maria dos Santos Henriques Araújo Pereira)

Nuno Miguel

(Nuno Miguel dos Santos Arruda)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada (“Sociedade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 14.004.572 euros e um total de capital próprio de 10.714.858 euros, incluindo um resultado líquido de 1.110.166 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de abril de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220